

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.173 - SP (2019/0014565-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ALEXANDRE SANTO NICOLA DOS SANTOS
ADVOGADO : ALEXANDRE SANTO NICOLA DOS SANTOS (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP228967
AGRAVADO : ELISABETE TUPY ZAROTTI
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO BREDARIOL FILHO E OUTRO(S) - SP275115

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **ALEXANDRE SANTO NICOLA DOS SANTOS**, contra decisão que inadmitiu o recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 212, e-STJ):

Responsabilidade Civil - Dano moral - Retenção de valor levantado em processo pelo advogado por três anos sem a devida notificação da parte - Violação do dever de diligência - Dano moral configurado - Vulnerabilidade da parte autora reconhecida - Invalidez da renúncia à indenização reconhecida - Valor do dano moral arbitrado pela r. sentença que se mostra excessivo - Honorários recursais arbitrados - Preliminares afastadas - Recurso parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 222-249, e-STJ), o insurgente alega violação, pelo aresto estadual, aos artigos 3º, § 3º, 165 a 175, 349, 355, I, 369, 370 e 489, § 1º, III e IV, do CPC/15, e à Sumula 362/STJ.

Sustenta, em síntese: **a)** ausência de fundamentação da sentença, alegando que o pedido de realização de audiência de conciliação não foi apreciado; **b)** cerceamento de defesa e violação ao direito de produção de provas orais; **c)** exorbitância do valor do dano moral; **d)** a correção monetária e os juros de mora sobre a condenação devem ser contados a partir do arbitramento da condenação por dano moral.

Contrarrazões às fls. 347-354, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se processamento ao recurso (fls. 355-356, e-STJ).

Daí o agravo (fls. 359-395, e-STJ), em que o recorrente impugna a decisão agravada.

Sem contraminuta (fl. 397, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Inicialmente, destaco haver no processo quatro recursos especiais interpostos em face do acórdão de fls. 211-219, e-STJ, apresentados pela mesma parte recorrente, quais sejam, uma petição de protocolo WPRO18002486579, recebida em 23/03/2018 às 21:44 (fls. 222-249, e-STJ), outra de protocolo WPRO18002486927, recebida em 23/03/2018 às 22:11 (fls. 253-280, e-STJ), outra de protocolo

WPRO18002487125, recebida em 23/03/2018 às 22:35 (fls. 284-311, e-STJ), e uma última de protocolo WPRO18002486706, recebida em 23/03/2018 às 21:53 (fls. 315-342, e-STJ). Desse modo, em respeito ao princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa, conheço apenas do primeiro reclamo, e passo à análise da petição de fls. 222-249, e-STJ.

2. No que se refere à apontada ofensa ao enunciado da Súmula 362/STJ e à alegação de que a correção monetária e os juros de mora sobre a condenação devem ser contados a partir do arbitramento da condenação por dano moral, não cabe a este Tribunal apreciá-la em recurso especial, uma vez que “para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula” (Súmula 518/STJ).

3. O insurgente alega violação aos artigos 3º, § 3º, e 489, § 1º, III e IV, do CPC/15, sustentando ausência de fundamentação da sentença, sob o argumento de que o pedido de realização de audiência de conciliação não foi apreciado.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fl. 215, e-STJ):

De início se observa que **a audiência conciliatória não é obrigatória, visto que acordos podem ser realizados extrajudicialmente pela iniciativa das partes a qualquer momento.**

Não há que se falar em cerceamento de defesa diante do julgamento antecipado, pois as questões postas nos autos confrontadas com os documentos que deles constam indicam a dispensabilidade da produção de demais provas, mormente porque o destinatário da prova deu-se por suficientemente esclarecido para formação de sua convicção e assim também o é para esta relatoria. [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, na hipótese, consignou que a audiência conciliatória não é obrigatória e que acordos podem ser realizados extrajudicialmente pela iniciativa das partes a qualquer momento.

Com efeito, não se vislumbra, no caso *sub judice*, ausência de fundamentação, tendo em vista que houve a manifestação expressa, pela Corte Estadual, do pedido de audiência conciliatória, porém, em sentido contrário ao pretendido pelo recorrente, o que não configura negativa de prestação jurisdicional.

A propósito, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FINANCIAMENTO DE IMÓVEL. 1. ALEGAÇÃO DE REFORMATIO IN PEJUS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. 2. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 3. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. ART. 489 DO CPC/2015. NÃO CARACTERIZADA. 4. ÍNDICE CORRETO PARA APLICAÇÃO DO SALDO DEVEDOR. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF. 5. JUROS DE MORA. DATA DA CITAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. 6. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Constatado que a agravante se utiliza do presente recurso para inaugurar o debate de questão não arguida por ocasião da interposição do recurso especial, é caso de incidência do

instituto da preclusão consumativa, ante a evidente inovação recursal. 2. A suscitada violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 foi deduzida de modo dissociado do que foi decidido pela Corte de origem, o que justifica a aplicação da Súmula 284 do STF. 3. **Conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada"** (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016). 4. (...). 6. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.288.143/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 11.09.2018, DJe 21.09.2018) [grifou-se]

Consoante jurisprudência desta Corte Superior, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, nem a indicar todos os dispositivos legais suscitados, **quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.**

Nesse sentido, são os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 55.751/RS, Terceira Turma, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 14.6.2013; AgRg no REsp n. 1.311.126/RJ, Primeira Turma, Relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 22.5.2013; REsp n. 1244950/RJ, Terceira Turma, Relator o Ministro Sidnei Beneti, DJe 19.12.2012; e EDcl no AgRg nos EREsp n. 934.728/AL, Corte Especial, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe 29.10.2009.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Afasta-se, portanto, a apontada ofensa ao artigo 3º, § 3º, e 489, § 1º, III e IV, do CPC/15.

4. O insurgente aponta, ainda, cerceamento de defesa, violação ao direito de produção de provas orais e exorbitância do valor do dano moral.

Verifica-se que o recurso especial, em relação a tais pontos, apresenta deficiência em sua fundamentação, uma vez que a parte agravante, ao alegar as teses, deixou de indicar qual dispositivo legal foi violado pelo aresto recorrido.

Ressalte-se que a admissibilidade do presente recurso pela alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal pressupõe a realização do cotejo entre o conteúdo preceituado na norma e os argumentos aduzidos nas razões recursais, de maneira a demonstrar a devida correlação jurídica entre o fato e o mandamento legal – o que não ocorreu na hipótese em exame.

Incide, portanto, o teor da Súmula 284/STF, aplicável por analogia.

A propósito, transcrevem-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DE PROVAS. JULGAMENTO EXTRA PETITA. REFORMATIO IN PEJUS. ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA Nº 283/STF. DANOS MORAIS. VALOR. DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. VIOLAÇÃO. FALTA DE

INDICAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF. 1. (...). **4. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando o recurso especial deixa de indicar qual dispositivo legal teria sido violado. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.** 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.227.837/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07.08.2018, DJe 13.08.2018) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE TÍTULO DE CRÉDITO CUMULADO COM INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. EXIGÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 211/STF E 282/STF. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE INDICAÇÃO EXPRESSA DE DISPOSITIVO DE LEI CONSIDERADO VIOLADO. SÚMULA 284/STF. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Na via especial, a configuração do prequestionamento é requisito indispensável ao conhecimento da matéria. Incidência das Súmulas 211/STJ e 282/STF. 2. Não se admite o reexame de provas em sede de recurso especial. Inteligência do enunciado da Súmula 7/STJ. **3. A falta de indicação expressa de dispositivo de lei considerado violado configura fundamentação deficiente, circunstância que atrai o óbice da Súmula 284/STF.** 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 505.689/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24.06.2014, DJe de 01.08.2014) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, a incidência da Súmula 284/STF, aplicável por analogia.

5. Por fim, no tocante à alegada violação aos artigos 165 a 175, 349, 355, I, 369, 370, do CPC/15, observa-se que o agravante alega genericamente ofensa aos dispositivos citados sem demonstrar, de forma clara e precisa, de que modo o acórdão recorrido os teria contrariado.

Com efeito, a alegação de ofensa à lei federal pressupõe a realização do cotejo entre o conteúdo preceituado na norma e os argumentos aduzidos nas razões recursais, de maneira a demonstrar a devida correlação jurídica entre o fato e o mandamento legal.

No intuito de ratificar os fundamentos supracitados, vale transcrever o excerto da petição que tratou sobre o tema (fl. 349, e-STJ):

Houve violação expressa aos seguintes dispositivos do Código de Processo Civil:

Art. 3º, §3º;
Art. 165 a 175,
Art. 349,
Art. 355, I,
Art. 369,
Art. 370,
Art. 489

Nesse sentido, a simples alusão a dispositivo, desacompanhada da necessária argumentação que sustente a alegada ofensa à lei federal, não se mostra suficiente para o conhecimento do recurso especial. Incide, no ponto, o disposto na Súmula 284/STF, que se aplica por analogia. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE CONTRATOS BANCÁRIOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VÍCIO DE JULGAMENTO ULTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. **VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/1973. ARGUMENTOS GENÉRICOS. INCIDÊNCIA. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DE LEI. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa aos arts. 165, 458 e 535 do CPC/1973 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF. (...) 7. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1040688/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17.10.17, DJe 26.10.17) [grifou-se]**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. **AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/73. PEDIDO GENÉRICO. SÚMULA N. 284/STF.** PERDA DA POSSE DO BEM RECONHECIDA NA ORIGEM. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/73 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos. **Ademais, não se admite alegação genérica de ofensa ao art. 535 do CPC/73, cabendo ao recorrente indicar os motivos específicos pelos quais haveria violação da norma, medida não adotada na espécie, o que atrai o óbice da Súmula n. 284/STF.** (...) (AgRg no AREsp 615.808/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19.03.15, DJe 27.03.15) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, o óbice estabelecido pela Súmula 284/STF, aplicável por analogia.

6. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator